

O CRESCIMENTO POPULACIONAL NO LITORAL NORTE DO RIO GRANDE DO SUL E O DESENVOLVIMENTO REGIONAL: TERRITÓRIO E ENFOQUE CONVENCIONAL

Population growth in the North Coast of Rio Grande do Sul and regional development: territory and conventional approach

Alexandre Costa Ramos

Mestre em Desenvolvimento Regional pela UNISC. Professor dos cursos de Administração e Ciências Contábeis do Centro Universitário Cenecista de Osório – UNICNEC. E-mail: acosta.ramos@gmail.com

RESUMO

O Litoral Norte do Rio Grande do Sul vem se destacando com a maior taxa de crescimento demográfico dentre todas as regiões do estado, conforme revelaram os Censos de 1991, 2000 e 2010. No último período (2000 a 2010) o percentual de crescimento da região foi de 21,64% enquanto que no estado foi de apenas 4,97% (IBGE, 2011). O elevado crescimento populacional vem ocorrendo principalmente por influência de movimentos migratórios e desta forma cresce também a demanda por serviços e infraestrutura, além da tendência de descaracterização do território, sua cultura e seu marco identitário. Este artigo buscou verificar aspectos do crescimento desordenado voltado somente para geração de emprego e renda. Neste sentido procurou ainda identificar o perfil predominante deste migrante e apontar fatores de atração populacional. Os dados secundários foram obtidos junto ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE e à Fundação de Economia e Estatística do RS-FEE, bem como às prefeituras e a outros órgãos de controle e fiscalização. Foi possível identificar que este crescimento mais expressivo ocorreu nos municípios praianos. Também se constatou que o trabalhador de baixa renda representa o maior contingente de migrantes, principalmente atraído pela construção civil. Este movimento, embora comemorado pelas lideranças, vem trazendo mudanças no uso e ocupação da região, desencadeando forte segregação espacial e ameaça as territorialidades.

Palavras-chave: Dinâmica populacional. Migração. Litoral Norte. Desenvolvimento Regional.

ABSTRACT

The North Coast of Rio Grande do Sul has been highlighted with the biggest population growth among every state region, as revealed the population count in 1991, 2000 and 2010. In the last count (2000 and 2010) the growth percentage in the region was 21,64% while in the state it was only 4,97% according to IBGE (Brazilian Geography and Statistics Institute). The raise on population growth has been happening mainly by the migration flow influence and this way it also grows the search for infrastructure and jobs, besides the region tendency to lose its characteristics, culture and identity mark. This article searched to verify uncontrolled growth aspects only to conceive job and income. This way it searched to identify the mainly profile of this migrant and point population attraction factors. The secondary data were obtained by the IBGE and RS-FEE (Rio Grande do Sul Economics and Statistics Foundation), such as municipalities and by others monitoring and control agencies. It was possible to identify this expressive growth occurred in seacoast cities. It was also noticed that the lower income worker represents a large part of the migrants, manly attracted by building trade. This flow although

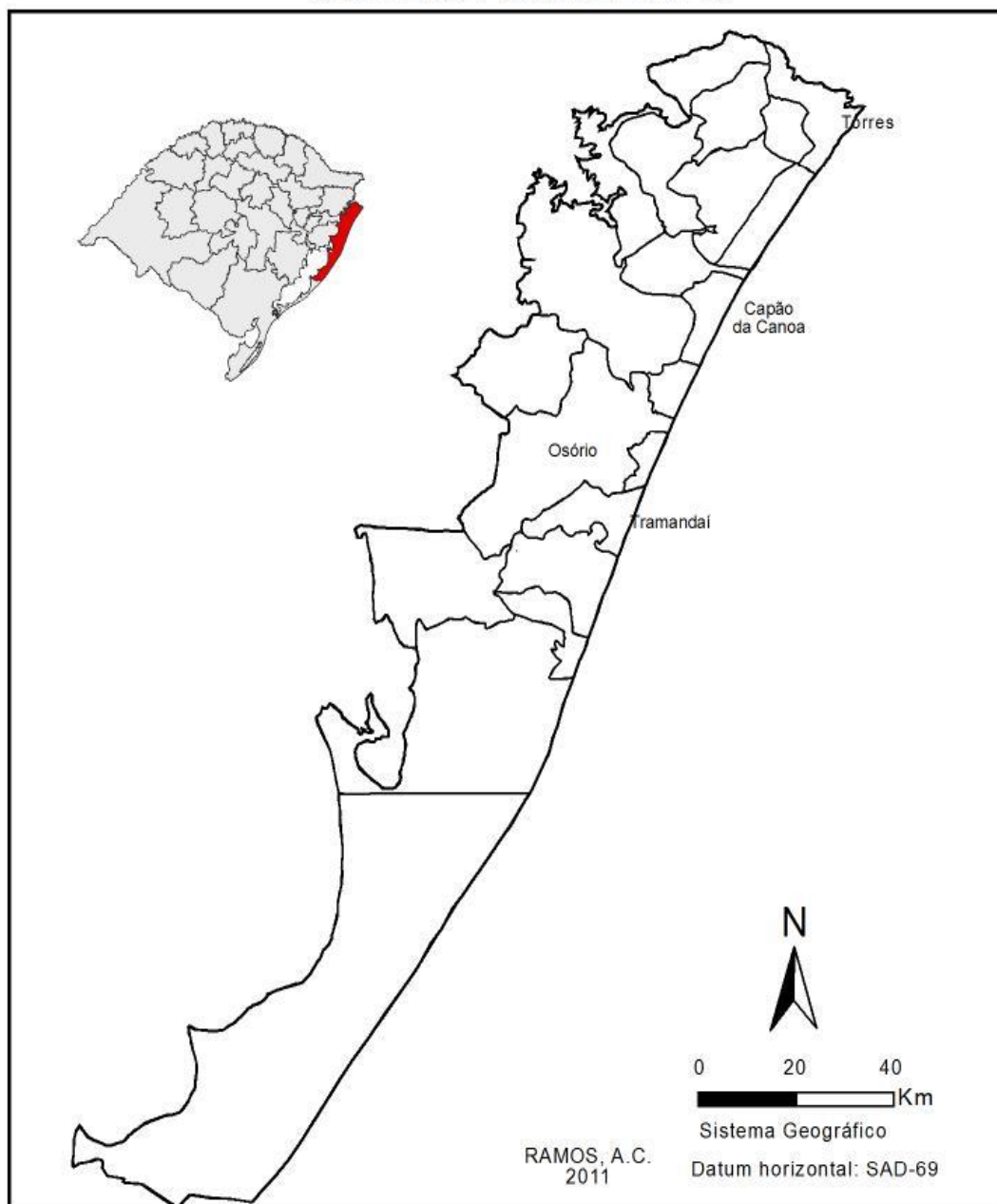
celebrated by leaderships has been bringing changes in the region use and occupation, triggering strong area segregation and a territorial threat.

Keywords: Population Dynamics. Migration. North Coast. Regional Development.

1. CARACTERÍSTICAS ESPACIAIS E POPULACIONAIS DA REGIÃO

O Litoral Norte do Rio Grande do Sul é composto por vinte e um municípios, conforme definição do COREDE Litoral (Conselho Regional de Desenvolvimento) e abrange o conjunto de praias mais próximas da Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA) até o limite com o Estado de Santa Catarina, junto ao município de Torres. Deste total, oito municípios têm sede à beira mar (Balneário Pinhal, Cidreira, Tramandaí, Imbé, Xangri-la, Capão da Canoa, Arroio do Sal e Torres), outros dez na encosta da serra (Osório, Caraa, Maquiné, Itati, Terra de Areia, Três Cachoeiras, Três Forquilhas, Dom Pedro de Alcântara, Morrinhos do Sul e Mampituba) e mais ao sul, na planície da Lagoa dos Patos estão três municípios (Mostardas, Palmares do Sul e Capivari do Sul). A faixa balneária fica ao leste da região, à direita da rodovia RS – 389, conhecida como Estada do Mar, no sentido RS – SC. Os demais municípios localizam-se ao oeste, mais precisamente à esquerda da rodovia, também no sentido RS – SC, às margens da BR 101, junto à serra do mar. Ao sul da região, é a rodovia RS 786 quem faz esta separação, ligando Tramandaí aos municípios de Cidreira, Balneário Pinhal, Capivari do Sul e a RS 101, por onde se chega a Palmares do Sul e Mostardas. Apenas quatro municípios ultrapassam 35.000 habitantes (Osório, Torres, Tramandaí e Capão da Canoa) e, por sua vez, possuem influência sobre os demais, recebendo mais investimentos e oferecendo melhor estrutura, conferindo-lhes maior importância no cenário regional.

COREDE Litoral Norte



FONTE DOS DADOS BRUTOS: Cartografia: IBGE, adaptado.

NOTA: Elaborado pelo NERU-FEE em julho/09.

Autor: Alexandre Costa Ramos

De 1991 a 2000, a população do Litoral Norte do Rio Grande do Sul cresceu 37,28% e no decênio seguinte aumentou 21,64%. Strohaecker e Toldo Jr. (2007, p. 03) destacam as altas taxas de crescimento enfatizando que “dos dez municípios que mais cresceram no Estado, sete estão nessa região”. De 1991 a 2010, municípios como Imbé, Arroio do Sal, Capão da Canoa, Cidreira e Xangri-lá, dobraram de população enquanto que outros, na maioria de população predominantemente rural, sofreram discretos índices de crescimento populacional.

Tabela 1 - População total do Litoral Norte do RS por município em 1991, 2000 e 2010

Município	População 1991	População 2000	Variação %	População 2010	Variação %
Arroio do Sal	3.031	5.273	73,97	7.740	46,79
*Balneário Pinhal	--	7.452	--	10.856	45,68
Capão da Canoa	24.755	30.498	23,20	42.040	37,85
*Capivari do Sul	--	3.107	--	3.890	25,20
*Caraá	--	6.403	--	7.312	14,20
Cidreira	8.967	8.882	-0,95	12.668	42,63
*Dom Pedro de Alcântara	--	2.636	--	2.550	-3,26
Imbé	7.352	12.242	66,51	17.670	44,34
*Itati	--	--	--	2.584	--
*Mampituba	--	3.106	--	3.003	-3,32
*Maquiné	--	7.304	--	6.905	-5,46
*Morrinhos do Sul	--	3.533	--	3.182	-9,93
Mostardas	9.089	11.658	28,26	12.124	4,00
Osório	36.857	36.131	-1,97	40.906	13,22
Palmares do Sul	11.248	10.854	-3,50	10.969	1,06
Terra de Areia	10.407	11.453	10,05	9.878	-13,75
Torres	37.474	30.880	-17,60	34.656	12,23
Tramandaí	20.130	31.040	54,20	41.585	33,97
Três Cachoeiras	7.999	9.523	19,05	10.217	7,29
*Três Forquilhas	--	3.239	--	2.914	-10,03
*Xangri-Lá	--	8.197	--	12.434	51,69
Litoral Norte	177.309	243.411	37,28	296.083	21,64
Rio Grande do Sul	9.138.671	10.187.791	11,48	10.693.921	4,97
Brasil	146.825.411	169.774.551	15,63	190.755.711	12,36

FONTE: IBGE. Censo 1991, 2000 e 2010.

* Municípios emancipados cujos dados na operação censitária anterior estavam agregados ao município de origem.

Todos os oito municípios praianos (Arroio do Sal, Balneário Pinhal, Capão da Canoa, Cidreira, Imbé, Torres Tramandaí e Xangri-lá) aumentaram sua população, concentrando neles os incrementos mais expressivos da região, uma vez que somente estes tiveram percentual de crescimento acima de 30% no último período censitário (tabela 1). O município de Torres é o único dos oito municípios costeiros que ficou abaixo de 30%, porém vale lembrar que foi quem mais sofreu processos de desmembramentos emancipatórios no período, originando três novos municípios. Estes dados evidenciam que de fato os municípios praianos possuem um fator de atração muito singular que os diferencia de todos os demais. Alguns destes municípios perderam importantes distritos em processos de emancipações e ainda assim apresentaram considerável incremento populacional. Dos quatro municípios mais populosos da região,

Osório é o único onde a sede não é costeira e na última década, deixou de ser o mais habitado, sendo ultrapassado por Torres, Tramandaí e Capão da Canoa.

Alguns municípios, cuja sede não se localiza à beira mar, possuem balneários e são considerados não praianos. É o caso de Osório, Terra de Areia, Mostardas e Palmares do Sul, que possuem pequenas praias com população fixa muito pequena. O fato da sede destes municípios não se localizar à beira mar, suas praias, nas demais estações do ano, carecem de agências bancárias, cartórios, hospital e outros serviços básicos. Mesmo o comércio, em quase sua totalidade, após o veraneio fecha as portas. Desta forma, o fenômeno migratório caracterizado na orla, não tem o mesmo impacto nestes quatro municípios, uma vez que seus balneários não atingiram população fixa que assim indicasse.

Todos os municípios que sofreram diminuição de população possuem duas características comuns: não estão situados na costa e são todos rurais. Os oito municípios à beira mar, desde o início de sua ocupação, são urbanos. Se separarmos os dois grupos de municípios no último período, de 2000 a 2010, esta configuração fica ainda mais exposta:

Tabela 2 - População dos municípios praianos do Litoral Norte do RS em 2000 e 2010

MUNICÍPIOS PRAIANOS			
Município	População	População	Variação
	Total	Total	%
	2000	2010	
Arroio do Sal	5.273	7.740	46,79
Balneário Pinhal	7.452	10.856	45,68
Capão da Canoa	30.498	42.040	37,85
Cidreira	8.882	12.668	42,63
Imbé	12.242	17.670	44,34
Tramandaí	31.040	41.585	33,97
Xangri-Lá	8.197	12.434	51,69
Torres	30.880	34.656	12,23
Total	134.464	179.649	33,60
Litoral Norte	243.411	296.083	21,64
Rio Grande do Sul	10.187.792	10.693.929	4,97
Brasil	169.774.594	190.755.799	12,36

Fonte: IBGE. Censos 2000 e 2010.

Quando separados, os municípios à beira mar apresentam um percentual de crescimento de 33,6% enquanto os demais atingem somente 6,87%. Comparado separadamente com o percentual de crescimento do Brasil de 12,36% e do Rio Grande do Sul de 4,97%, este dado é ainda mais significativo. O estado cresceu bem menos que o país, porém os municípios na orla

gaúcha despontaram quase três vezes mais em termos percentuais que o Brasil e quase sete vezes mais que o Rio Grande do Sul.

Tabela 3 - População dos municípios não praianos do Litoral Norte do RS em 2000 e 2010

Fonte: IBGE. Censos 2000 e 2010.

MUNICÍPIOS NÃO PRAIANOS			
Município	População Total 2000	População Total 2010	Varição %
Capivari do Sul	3.107	3.890	25,20
Caraá	6.403	7.312	14,20
Dom Pedro de Alcântara	2.636	2.550	-3,26
Itati	--	2.584	--
Mampituba	3.106	3.003	-3,32
Maquiné	7.304	6.905	-5,46
Morrinhos do Sul	3.533	3.182	-9,93
Mostardas	11.658	12.124	4,00
Osório	36.131	40.906	13,22
Palmares do Sul	10.854	10.969	1,06
Terra de Areia	11.453	9.878	-13,75
Três Cachoeiras	9.523	10.217	7,29
Três Forquilhas	3.239	2.914	-10,03
Total	108.947	116.434	6,87
Litoral Norte	243.411	296.083	21,64
Rio Grande do Sul	10.187.792	10.693.929	4,97
Brasil	169.774.594	190.755.799	12,36

Em relação aos municípios não praianos, o percentual de crescimento (6,87%) foi praticamente a metade do percentual de crescimento do Brasil (12,36%) e pouco acima do percentual de crescimento do Rio Grande do Sul (4,97%).

O Litoral Norte correspondeu ao processo de urbanização acelerada no país desde a década de 1960 no qual os municípios rurais foram aqueles que mais perderam população. Se fizermos um novo recorte e separarmos os municípios não praianos rurais dos municípios não praianos urbanos, teremos novas constatações:

MUNICÍPIOS NÃO PRAIANOS RURAIS			
Município	População Total 2000	População Total 2010	Varição %
Terra de Areia	11.453	9.878	-13,75
Caraá	6.403	7.312	14,20
Dom Pedro de Alcântara	2.636	2.550	-3,26
Itati	--	2.584	--
Mampituba	3.106	3.003	-3,32

Maquiné	7.304	6.905	-5,46
Morrinhos do Sul	3.533	3.182	-9,93
Mostardas	11.658	12.124	4,00
Três Forquilhas	3.239	2.914	-10,00
Total	49.332	50.452	2,27
Litoral Norte	243.411	296.083	21,64
Rio Grande do Sul	10.187.792	10.693.929	4,97
Brasil	169.774.594	190.755.799	12,36

Tabela 4 - População municípios não praianos rurais do Litoral Norte do RS em 2000 e 2010

Fonte: IBGE, 2010. Dados agrupados pelo autor.

Os municípios não praianos e rurais tiveram um percentual de crescimento de apenas 2,27%, representando menos da metade do percentual de crescimento do estado, que foi 4,97%, e muito abaixo do percentual de crescimento do país, que foi de 12,36%. Este dado induz que tais municípios não apresentaram atratividade às pessoas migrantes, com exceção de Caraá que atingiu 25,20% de acréscimo populacional. Quanto aos demais, Mostardas também obteve crescimento, porém muito tímido (4%), ficando abaixo do crescimento do estado (4,97%). Os outros sete municípios sofreram diminuição, acompanhando uma realidade de várias décadas no país cuja população rural diminuiu vertiginosamente.

Tabela 5 - População municípios não praianos urbanos do Litoral Norte do RS em 2000 e 2010

MUNICÍPIOS NÃO PRAIANOS URBANOS			
Município	População	População	Varição
	Total	Total	%
	2000	2010	
Capivari do Sul	3.107	3.890	25,20
Osório	36.131	40.906	13,22
Palmares do Sul	10.854	10.969	1,06
Total	50.092	55.765	11,33
Litoral Norte	243.411	296.083	21,64
Rio Grande do Sul	10.187.792	10.693.929	4,97
Brasil	169.774.594	190.755.799	12,36

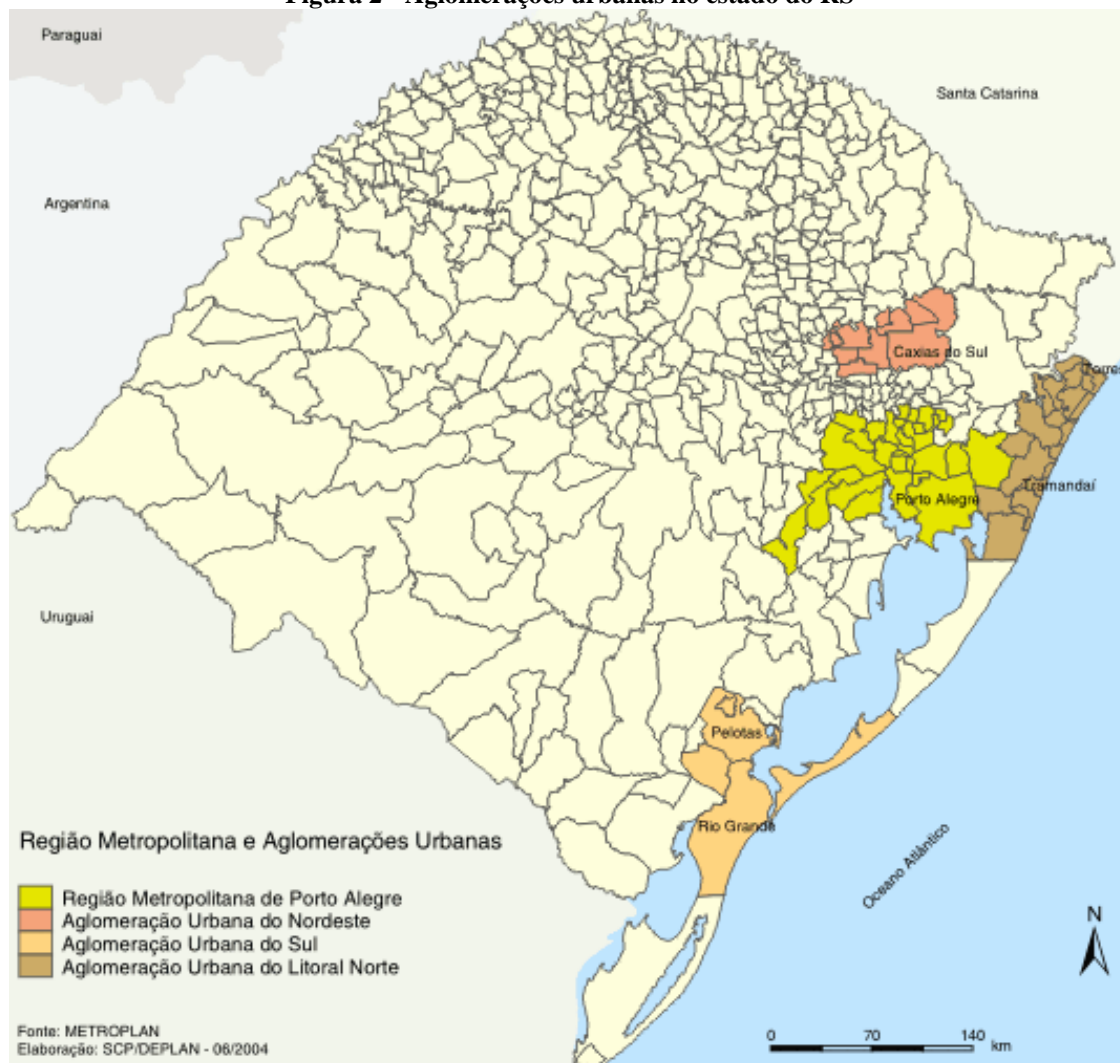
Fonte: IBGE, 2010. Dados agrupados pelo autor.

Comprova-se que o crescimento em municípios não praianos do Litoral Norte, ocorreu naqueles de população urbana, com destaque para Capivari e Osório, cujo percentual de crescimento é respectivamente 25,20% e 13,22%, considerados acima dos percentuais de crescimento do estado (4,97%) e do Brasil (12,36%). Os municípios à beira mar foram de grande atratividade migratória, enquanto que os municípios não praianos urbanos foram de

atratividade menor e os não praianos rurais sem atratividade, revelando-se em processo de urbanização ou expulsões, uma vez que a população diminuiu em quase todos eles.

Outra demonstração de destaque e atenção ao crescimento populacional no Litoral Norte foi a promulgação da Lei 12.100/2004 que insere o Litoral Norte como uma das quatro Aglomerações Urbanas no estado. Até 2004, tínhamos apenas duas aglomerações, a do Sul onde o município de Pelotas era o centro e a Aglomeração do Sudeste, centralizada no município de Caxias do Sul. Para Koucher (2006), as aglomerações urbanas que inicialmente agrupavam municípios de porte médio, desde 1988 passaram a ser instituídas dentro desse cenário de descentralização. No estado do Rio Grande do Sul os critérios foram estabelecidos pela Lei Complementar nº 9.479, de 20 de dezembro de 1991 (Koucher, 2006) que procurou disciplinar algumas questões ligadas ao ordenamento da população nos municípios das aglomerações. Desde então, suas áreas e municípios foram definidos conforme o seguinte mapa:

Figura 2 - Aglomerações urbanas no estado do RS



Fonte: FEE, 2013

A proximidade com a Região Metropolitana de Porto Alegre é visível e mostra o Litoral Norte tangente a esta que é a região mais habitada do Estado. O Litoral Norte aparece como uma extensão metropolitana, fator que favorece a fixação de residência em local próximo a capital sem o stress da cidade grande.

Verificando o incremento populacional de 1991 a 2010, o Litoral Norte não apenas se constituiu em nova aglomeração urbana como também foi justamente aquela que apresentou as maiores taxas de crescimento entre 1991 e 2000 e entre 2000 e 2010, bastante acima das demais.

Tabela 6 - População e Taxa de Crescimento por aglomeração urbana do RS em 2000 e 2010.

UNIDADE GEOGRÁFICA	POPULAÇÃO		TX. DE CRESCIMENTO	
	2000	2010	1991-2000	2000-2010
Total do RS	10.187.798	10.693.929	1,2	0,5
Total das AU	5.129.025	5.556.890	1,6	0,8
RMPA	3.736.184	3.978.470	1,7	0,6
AUNE	603.872	716.427	2,4	1,7
AUSUL	557.216	578.034	1,2	0,4
AULINORTE	231.753	283.959	3,3	2,1

Fonte: Jardim e Barcelos (2011).

Nos dois decênios demonstrados, a taxa de crescimento diminuiu em todas as aglomerações em razão da queda constante das taxas de fecundidade e natalidade no Brasil. Ainda assim, o crescimento do Litoral Norte apresentou taxa de crescimento 27% maior que a segunda maior taxa de crescimento no decênio 1991 – 2000. Entre 2000 e 2010 esta diferença foi de 23%. Se somarmos as taxas de crescimento nos dois períodos, veremos que a Aglomeração Urbana Litoral Norte apresentou 217% acima do Estado.

2. FATORES DE ATRAÇÃO POPULACIONAL

Outro aspecto em relação ao aumento populacional no Litoral Norte gaúcho é a migração de idosos. Martine (1992) manifesta esta tendência como reflexo no crescente movimento de idosos para municípios balneários em busca de qualidade de vida. No Rio Grande do Sul este movimento é apontado por Accurso (2002) que atribui aos aposentados importante parcela nestes deslocamentos. Jardim e Barcelos (2011) também mencionam a

crecente migração de aposentados para o litoral do Rio Grande do Sul tendo em vista o aumento no número de domicílios desta faixa etária na região. Para Lisboa (2008), as variações na participação etária em determinada população ocorrem principalmente em razão de processos migratórios que exercem maior influência nesta transição que a natalidade e mortalidade.

Tabela 7 - População acima de 65 anos nos municípios praianos e não praianos em 1991, 2000 e 2010:

Corte	1991	2000	%	2010	%
Praianos	4.577	7.840	71%	16.149	106 %
Não Praianos	4.458	8.327	87%	11.792	42%
Litoral Norte	9.035	16.167	79%	27.941	73%
RS	470.384	733.087	56%	994.613	36%
Brasil	7.052.068	9.935.100	41%	14.081.481	42%

Fonte: IBGE, 2013. Pirâmide Etária. SIDRA, 2013. Dados agrupados pelo autor.

No ano de 2000, o número de idosos (acima de 65 anos) no Estado era de 733.087 habitantes, passando em 2010 para 994.613 (IBGE, 2013), cujo percentual de crescimento foi de 36%, ficando bem abaixo dos 73% de crescimento de idosos no Litoral Norte, para o mesmo período. De 1991 a 2000, o crescimento de idosos já se iniciara na região quando o Litoral apresentou 79% de elevação enquanto o Estado obteve 56% e o país 41%. Fica evidente o crescimento na população de idosos entre 1991 e 2010, cujo aumento foi de 209%. Novamente, destacam-se os municípios praianos como os únicos que tiveram crescimento acima de 100% entre o período censitário de 2000 a 2010. As oito maiores elevações no mesmo período ocorrem exatamente nestes oito municípios. O aumento na população acima de 65 anos nos municípios não praianos de 2000 a 2010 foi de 42%, pouco acima dos 36% de aumento no Estado. Para os municípios praianos, este aumento foi de 106% enquanto no Brasil foi de 42%. O movimento de idosos para as praias, que se iniciara entre 1991 e 2000, com 71% de crescimento nesta população, intensificou-se na década seguinte. Analisados os períodos censitários, esta realidade fica ainda mais evidente uma vez que nestas três décadas comparadas (1991 a 2010) o aumento de idosos no RS foi de 111%, enquanto nos municípios não praianos do Litoral Norte foi de 164%. Nos municípios praianos o percentual foi de 252%, mais que o dobro do Estado e duas vezes e meia maior que o do Brasil, onde se atingiu 100% de crescimento de idosos de 1991 a 2010.

Somado a qualidade de vida, o fator empregabilidade é o principal desencadeador de processos migratórios. Pessoa e Sobrinho (2012) destacam o Litoral Norte como local

acolhedor de população e investimentos, principalmente no decênio 2000 – 2010, cujo crescimento de empregos formais foi de 72,4 %, o mais elevado dentre todas as regiões do Estado. Enfatiza ainda, o aumento no rendimento médio dos ocupados, estando entre as quatro regiões que apresentaram a segunda posição deste indicador no Rio Grande do Sul. Destaca-se a performance da região quanto à dinamização para novos negócios e empreendedorismo, conforme dados da JUCERGS (Junta Comercial do Estado do Rio Grande do Sul, 2013). No ano de 2000, o município de Capão da Canoa, praiano e o mais populoso da região, abriu 7,67 empresas novas para cada 1.000 habitantes. Em Osório, município mais populoso entre os não praianos, foram abertas 3,46 empresas novas para cada 1.000 habitantes. Ambos acima do coeficiente do estado, que registrou 2,93 empresas novas para cada 1.000 habitantes. Em 2010 Osório seguiu avançando na constituição de novas empresas com um coeficiente de 3,59. Tivemos uma reação do Estado, subindo para 4,11, porém ainda muito abaixo de Capão da Canoa, que abriu 8,02 empresas novas para cada 1.000 habitantes, praticamente o dobro do estado. Conforme Sobrinho e Stemberg (2010), no ano de 2008 o comércio absorvia 34,2% dos empregos formais, seguido pelos serviços com 25,1%, administração pública com 19,8%, sendo que a construção civil, sozinha ocupava 7% dos trabalhadores com carteira assinada no Litoral Norte. Para Souza (2013), a construção civil, valorizada pela presença do mar, passou a produzir condomínios horizontais em larga escala, atraindo um contingente numeroso de trabalhadores no Litoral Norte. Sheffer (2010) destaca ainda o turismo como principal meio de crescimento da construção civil nas praias da região. No biênio 2009/2010, Capão da Canoa atingiu uma média de 25,24 ART's (Anotação por Responsabilidade Técnica) para cada 1.000 habitantes (CREA – Conselho Regional de Arquitetura e Engenharia, 2013). Osório ficou bem próximo, com 24,03, ambos muito acima do estado do RS que emitiu 12,71 ARTs para cada 1.000 habitantes. Grosso modo, representa que a construção civil foi muito mais acelerada em Osório e em Capão da Canoa, atingindo o dobro do estado, quando comparado o número de obras para cada 1.000 habitantes.

Historicamente, o trabalho do migrante tende a se concentrar em atividades de mão de obra menos qualificada e em condições de trabalho mais precárias e de menor renda (RENNER e PATARRA, 1980). A dinâmica do mercado imobiliário, ao mesmo tempo que contribui para o adensamento populacional, valorizando áreas menos nobres, acaba expulsando concentrações de áreas com pessoas de baixa renda para outras áreas onde a renda é ainda menor (CORDEIRO; FRANÇA, 2013). Os condomínios horizontais estabeleceram um padrão de elitização dos espaços centrais, promovendo aumento no número de domicílios e deslocamento populacional, uma vez que expulsam para regiões periféricas trabalhadores de baixa renda

(DAVIDOVICH, 2003). Para Deschamps (2007) este aspecto difere a aglomeração populacional nas regiões litorâneas conferindo-lhe um caráter segregador com funcionalidade urbana que privilegia o uso sazonal. Ao explicar as aglomerações no litoral paranaense, Deschamps (2000, p. 06) enfatiza as migrações da população de baixa renda:

[...] o fenômeno que mais justifica o elevado crescimento populacional é o da expansão e densificação das ocupações de baixa renda. Chegam em qualquer época, tem maiores oportunidades durante a temporada e no correr do ano sobrevivem precariamente de pequenos serviços (construção civil, vigilância e manutenção de propriedades, limpeza de terrenos e jardins, comércio informal e outros) [...].

Para Baeninger e Rodrigues (2009, p. 32), “ao negligenciar a distribuição espacial e seus componentes sociais e demográficos, o gestor público contribui com o aprofundamento das desigualdades sociais”. A segregação sócio espacial no Litoral Norte tornou-se uma marca deste crescimento populacional.

Figura 3 - Condomínios horizontais



As fotos da figura 3 registram o grande contraste de realidade entre um condomínio horizontal e casebres as margens da rodovia RS 389 – Estrada do Mar. Esta área foi invadida no ano de 1997 e veio a caracterizar o cinturão periférico dos municípios de Xangri-lá e Capão da Canoa. As fotos foram registradas respectivamente no sentido sul- norte (a primeira acima) e norte – sul. Estas habitações estão localizadas no curto trecho de 6 km, entre os acessos aos dois municípios e qualquer viajante que trafegue no Litoral por esta rodovia, depara-se com tal discrepância.

Com a ampliação nas linhas de crédito imobiliário e a diversificação nos produtos de fomento habitacional desde a década de 2000, a tendência dos segmentos ligados a construção civil, é manter o crescimento neste mercado.

3. TERRITÓRIO, CRESCIMENTO E DESENVOLVIMENTO

Para Jardim e Barcelos (2011) a migração é a razão do crescimento demográfico no Litoral Norte do Rio Grande do Sul, destacando a expansão do comércio e da construção civil. Do ponto de vista demográfico, há que se ter clareza quanto ao conceito de migração e seus movimentos. Renner e Patarra (1980, p. 237) mencionam a definição da Organização das Nações Unidas (ONU), “envolvendo mudança permanente de residência”. Tal definição exclui as populações nômades, as migrações sazonais, o movimento das pessoas com mais de uma residência, os deslocamentos de visitantes, turistas e pessoas que viajam regularmente. Os autores afirmam ainda quanto a “alteração completa e reajustamento dos vínculos associativos do indivíduo, mudando trabalho, amizade, vizinhança e outros aspectos de sua vida”.

O desenvolvimento regional deve ocorrer de forma endógena e assim preservar as territorialidades do lugar. Esta dificuldade é desatada por Albagli (2004, p.07) através do alerta da autora para o risco da valorização por interesses externos no território:

[...] a valorização baseada em interesses externos, de caráter instrumental, visa atrair investimentos e, nesses casos, a “territorialidade é valorizada como mero objeto de interesse mercantil e especulativo”. Dessa forma, a exploração da territorialidade ocorre de forma predatória e insustentável no longo prazo, tendendo a destruir o capital social local e o meio ambiente [...].

Para Milton Santos (1996, p.156) independentemente da forma como as técnicas novas são implementadas, a sua inserção promove o que ele chama de “desterritorialização das técnicas”, mas que “após se instalarem no seu novo meio e formarem sistemas com as técnicas preexistentes, conhecem o que se pode intitular de reterritorialização”. É neste contexto que o território e territorialidade são imprescindíveis, pois consistem na construção política, cultural e social dos atores locais e assim, a noção de espaço e de território são distintas. O território é mais amplo, não se restringe a limites físicos, estendendo-se a uma rede de relações sociais (ALBAGLI, 2004). Raffestin (1993) também afirma que espaço e território não são a mesma coisa, de modo que espaço antecede o território e, quando um ator apropria-se dele, passa a territorializar o espaço. Flores (2006) reforça os conceitos de Raffestin, considerando o território como o resultado de uma ação social concreta e abstrata. Para Albagli (2004), a territorialidade ganhou importância a partir da compreensão de que os comportamentos humanos devem ser analisados também em sua dimensão espacial, e assim em nível coletivo a territorialidade torna-se também um meio de regular as interações sociais e reforçar a identidade do grupo ou comunidade. Nestes casos, território e territorialidades não são respeitados e

muitos valores e traços identitários se perdem no tempo, mesmo que a agregação de novas concepções faça parte desta construção. Regiões de atração populacional tem sua diversidade justificada por estas novas inserções, razão pela qual a territorialidade não pode ser confundida com raízes territoriais uma vez que o migrante ao se apropriar do novo território reconstitui sua identidade neste novo espaço (ALBAGLI, 2004). Segundo Vogt (2009, p. 23) preservar o patrimônio cultural é uma forma de conectar o presente com o futuro, evocando o passado e, desta forma, garantindo a “continuidade da nação”. Iniciativas como tombamentos, simpósios e aprimoramento da legislação voltada ao patrimônio cultural, não apenas preservam como também resgatam a identidade que tende a se perder no tempo. Weber (2004) salienta que o resgate histórico de hábitos que marcaram a colonização da região, quando transformados em marca identitária local, é um caminho para o desenvolvimento.

O aumento da população traz consigo vários reflexos nas cidades, que por força deste crescimento expande o cinturão urbano causando danos ambientais e aumentando a demanda de serviços públicos. Para Souza (2008), ao passo em que a cidade se sofisticava com oferta de espaços culturais juntamente com a variedade de bens e serviços e centros comerciais, também surgem favelas, poluição sonora e ambiental, aumento da criminalidade e intensificação do trânsito. Conseqüentemente, esta mudança de cenário se apresenta gerando ainda, especulação comercial em vários segmentos, principalmente imobiliário. A manifestação destes “impulsos”, ao contrário do senso comum, não implica desenvolvimento, pois mesmo que alavanque alguns índices econômicos como PIB, empregabilidade, e renda per capita, não representa necessariamente promoção de qualidade de vida para a população. Para Arend e Orłowski (2006) esta definição é mais complexa. Os autores citam SOUZA (1999) que retratam a existência de duas correntes de economistas na qual a primeira considera que crescimento e desenvolvimento são a mesma coisa, enquanto a segunda corrente atribui desenvolvimento como aumento na satisfação do indivíduo proporcionando melhoria nas condições de vida. Neste caso, o crescimento em dados quantitativos não representa por si só a existência de desenvolvimento.

[...] o crescimento não aparece em todo lado ao mesmo tempo; manifesta-se em pontos ou pólos de crescimento de intensidade variável; difunde-se através de diversos canais e com efeitos terminais variáveis sobre o conjunto da economia [...] (Perroux, 1955. APUD Benko, 1999, p. 78).

Esta linha é defendida pelo PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (2013) que aponta outra perspectiva. O foco é transferido do crescimento econômico ou da renda, para o ser humano (PNUD, 2013):

[...] O conceito de Desenvolvimento Humano também parte do pressuposto de que para aferir o avanço na qualidade de vida de uma população é preciso ir além do viés puramente econômico e considerar outras características sociais, culturais e políticas que influenciam a qualidade da vida humana[...].

Para Oliveira (2002), o crescimento econômico deve estender melhoria nas condições de vida da população de forma a diminuir as desigualdades sociais para, então, considerar o desenvolvimento. O autor enfatiza a importância do desenvolvimento sustentável, resguardando as reservas naturais para as gerações futuras, já que seu esgotamento compromete a qualidade de vida da população. Conforme Kliksberg (2001) o pensamento econômico convencional está em crise, pois mesmo com o crescimento econômico, agudas carências podem permanecer em amplos setores da população. Demover o pensamento convencional é um desafio para fazer que se projete o crescimento do Litoral Norte com desenvolvimento real, que venha proporcionar maior satisfação a um número maior de pessoas nos seus mais variados aspectos, promovendo maior qualidade de vida das pessoas e reduzindo as disparidades sociais existentes. Sheffer (2010) salienta a existência de uma política de ocupação nos municípios praianos que buscam atrair o turista, posteriormente torná-lo veranista e mais tarde morador. Ao mudar para o Litoral, concomitantemente, contingentes de trabalhadores atraídos pelas oportunidades da estação, também acabam fixando residência nas praias.

Para Singer (1975, p. 33), as migrações são explicadas como “um mecanismo de redistribuição espacial da população que se adapta em última análise, ao rearranjo das atividades econômicas”. A crescente urbanização do Litoral gaúcho requer atenção quanto a ocupação do solo na região, considerando as transformações em seu território, e as exigências dos novos grupos de ocupação. Se num primeiro momento exercem função de atração, oportunamente os interesses e mudança de cenários, passam a exercer função de expulsão (MONDARDO, 2011). Para uma região com ecossistemas tão ricos, cuja mata atlântica e o mar, formam paisagens de vida diversificada, o crescimento demasiado da população alerta para o risco de industrialização do Litoral Norte. Este fator é um vetor de crescimento que associa-se ao crescimento populacional, entretanto, não promove necessariamente desenvolvimento regional, pois revela consequências ambientais e socioeconômicas. Para Santos (1982. P.26) estes fenômenos normalmente caminham juntos, enaltecendo o paralelismo entre a urbanização e os indicadores socioeconômicos. Carvalho e Brito (2005), consideram este estudo indispensável pois as oportunidades se extinguirão mas os desafios serão constantes. Analisar a perspectiva de desenvolvimento pela dinâmica demográfica, onde se insere os movimentos migratórios, enseja diversas reflexões quanto às desigualdades sociais no território

brasileiro, marcado pelos contrastes. Para Brito (2008), as implicações podem ser tanto positivas com as oportunidades que passa a oferecer, quanto negativas, vindo a acentuar as disparidades sociais em uma região. Para o Litoral Norte cuja mudança no perfil demográfico tem se acentuado expressivamente, os estratos populacionais em formação não podem ser ignorados. Com o mercado imobiliário aquecido e precários instrumentos legais para regulação do uso e ocupação do espaço, os interesses de grupos econômicos hegemônicos no mercado tendem a comprometer a sustentabilidade. Dificilmente as prefeituras oferecerão resistências a este processo, pois vislumbram nos empreendimentos de grande escala, um aumento na sua arrecadação tributária e postos de trabalho (Silveira 2003). Mesmo que gerem empregabilidade e renda, por outro lado, também promovem repercussões preocupantes. Neste sentido a ausência de políticas públicas e o empenho dos municípios na preservação de suas potencialidades e território merecem reflexões.

REFERÊNCIAS

- ACCURSO, Jorge da Silva. **Matriz econômica do Litoral Norte**. In: Projeto de fortalecimento do gerenciamento costeiro no Litoral Norte do Rio Grande do Sul – PNMA II. 2002. Disponível em:
<www.fepam.rs.gov.br/programas/Matriz_Economica_LN.pdf> Acesso em: 22 dez. 2013.
- AREND, Sílvio César e ORLOWSKI, Rosemari Fátima. **Indicadores de Desenvolvimento sócio-econômicos na região da AMOSC** – Associação dos Municípios do Oeste da Santa Catarina. REDES. Santa Cruz do Sul. Edunisc, v. 11, n. 1. Jan/abr 2006.
- BAENINGERR, Rosana e RODRIGUES, Fabíola. **Dinâmica da população e políticas sociais**. In: BAENINGER, Rosana (orgs). População e cidades: subsídios para o planejamento e políticas sociais. NEPO/Unicamp, Brasília: UNPFA. 2009.
- BRITO, Fausto. **Transição demográfica e desigualdades sociais no Brasil**. Revista Brasileira de Estudos Populacionais. 2008. Disponível em:
http://www.vol25_n1_2008_3artigo_p5a_26ppdf
- BRITO, Fausto e CARVALHO, José A. Magno de. **A demografia brasileira e o declínio da fecundidade no Brasil**: contribuições, equívocos e silêncios. Revista Brasileira de Estudos Populacionais, v. 22. São Paulo: 2005.
- CORDEIRO, Lucilene Dias, FRANÇA, Mônica Oliveira M. **A dinâmica migratória na área metropolitana de Brasília** – AMB de 1991 a 2010. Projeto de Pesquisa - Migrações Internas. Conferência do Desenvolvimento. Brasília 2013.

- DAVIDOVICH, Fany R. **Diferenciação da espacialidade da metrópole no Brasil**. Referência para a Gestão. Revista Cadernos Metrópole, n. 09, 2003. Disponível em: <<http://revistas.pucsp.br/index.php/metropole/article/viewFile/9208/6823>> Acesso em: 10 ago. 2013.
- DESCHAMPS, M.V... [et al.] **Afinal, o que induz o crescimento nas aglomerações litorâneas?** In: Encontro Nacional de Estudos Populacionais, 2000. Caxambu, Anais. Caxambu: ABEP, 2000. Disponível em: <<http://www.abep.org.br/xiiencontronacionaldeestudospopulacionais>> Acesso em: 18 dez 2011.
- FEE. Fundação de Economia e Estatística do Rio Grande do Sul. **Centro de Informações Estatísticas, documentos FEE**. Índice de Desenvolvimento Socioeconômico do RS (IDESE) — 1991-00 /Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser. Documentos FEE; n. 58. Porto Alegre: FEE, 2003
- FLORES, Murilo. **A Identidade cultural do território como base de estratégias de desenvolvimento** – Uma visão do estado da arte. 2006. Disponível em: <www.Rimisp.org/getdoc.php?docid=3702> Acesso em: 06 dez. 2012.
- IBGE 2011. **Censo Demográfico 2010**. Disponível em : <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/sinopse.pdf>>. Acesso em: 10 out. 2012.
- JARDIM, M. de L.; BARCELLOS, T. M. de. **Os movimentos populacionais no Rio Grande do Sul: uma visão inter e intra-regional através dos Conselhos Regionais de Desenvolvimento (Coredes)**. In: ENCONTRO DE ECONOMIA GAÚCHA, 2004. Anais. Porto Alegre: PUC-RS, 2004. Disponível em: <<http://www.fee.org.rs/trabalhos2 Encontro de economia gaúcha>>. Acesso em: 24 nov 2012.
- KLIKSBERG, Bernardo. **Falácias e mitos do desenvolvimento social**. São Paulo: Cortez, 2001.
- KOUCHER, Ademir Barbosa. **Migrações internas no Rio Grande do Sul: os novos cenários da desconcentração espacial urbano-regional**. Dissertação de Mestrado em Sociologia na Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, 2006.
- LISBOA, Severina Sarah. **Fatores determinantes dos novos movimentos migratórios**. Revista Ponto de Vista, v. 5. Universidade Federal de Viçosa – MG, 2008.
- MARTINE, George. **Processos recentes de concentração e desconcentração urbana no Brasil: determinantes e implicações**. Brasília: ISPN, 1992. (Documento de trabalho, 11).

MONDARDO, M. L. **A dinâmica migratória do Paraná**: o caso da região Sudoeste ao longo do século XX. Revista Brasileira de Estudos de População. v. 28. Rio de Janeiro: Rabep, 2011.

OLIVEIRA, Gílson Batista de. **Uma discussão sobre o conceito de desenvolvimento**. Revista da FAE, v. 5, n. 2. Curitiba, 2002.

PNUD. Brasil - **Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento**, 2013. Disponível em: <www.pnud.org.br/IDH/DesenvolvimentoHumano.aspx?indiceAccordion=0&li=li_DH> Acesso em: 18 ago 2013.

PESSOA, Mariana Lisboa e SOBRINHO, Guilherme G. de F. Xavier. **Evolução do mercado de trabalho nas regiões do RS (2000-2010)**. Textos para discussão FEE, n. 110. FEE, 2012. Disponível em:
<<http://www.fee.tche.br/sitefee/download/tds/110.pdf>> Acesso em: 18 mai. 2013.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

RENNER, Cecília H., PATARRA, Neide L. **Migrações**. In: SANTOS, Jair L. F.; LEVY, Maristella F.; SZMRECSÁNY, Tamás (orgs). **Dinâmica da população: teoria, métodos e técnicas de pesquisa**. São Paulo: T.A. Queiroz, 1980.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço – técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: Hucitec, 1996.

SANTOS, Milton. **A urbanização desigual: a especificidade do fenômeno urbano em países subdesenvolvidos**. Petrópolis: Vozes, 1982.

SILVEIRA, Rogério Leandro Lima da. **Cidade, corporação e periferia urbana**. Santa Cruz do Sul. Edunisc, 2003.

SINGER, P. **Economia política da urbanização**. São Paulo: Brasiliense, 1975. P.33

SOBRINHO, Guilherme. G. de F. Xavier, STEMBERG, Sheila S. Wagner. **Mercados de trabalho nas aglomerações urbanas não metropolitanas do RS**. Indicadores Econômicos, FEE. Porto Alegre, v. 37. 2010.

SOUZA, Marcelo Lopes. **O ABC do desenvolvimento urbano**. 4.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil 2008. P. 94 e 97.

SOUZA, Mariana Barbosa. **Urbanização e segregação sócio espacial na região do Litoral Norte do Rio Grande do Sul: uma análise da expansão e da (i)legalidade dos condomínios horizontais residenciais**. Dissertação de mestrado. Universidade de Santa Cruz do Sul, 2013.

STROHAECKER, Tânia e TOLDO JR., Elírio E. **O litoral norte do Rio Grande do Sul como um pólo de sustentabilidade ambiental do Brasil Meridional**. Scripta Nova. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales. Barcelona: Universidad de Barcelona, 2007, v.

XI, n. 245. Disponível em: <<http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-24539.htm>> Acesso em: 17 nov. 2012.

SHEFFER, Alceu de Matos. **Desenvolvimento Regional:** o caso do turismo no município de Torres. Dissertação de mestrado. Universidade de Santa Cruz do Sul, 2010.

VOGT, Olgário Paulo. **Patrimônio Cultural:** um conceito em construção. Métis: história e cultura, v. 7, n. 13, 2008

WEBER, Roswithia. **Mosaico identitários:** história identidade e turismo nos municípios da rota romântica – RS. Tese de Doutorado PPGH. Porto Alegre: UFRGS, 2006.